

PJe no CNJ





Plataforma emergencial viabiliza atos processuais por videoconferência

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai disponibilizar a todos os tribunais do país uma plataforma digital segura para a realização de audiências e sessões de julgamentos por videoconferência. A "Plataforma Emergencial de Vídeoconferência para Atos Processuais" permitirá ampliação do trabalho dos magistrados enquanto o período emergencial de saúde, causado pela pandemia do COVID-19, inviabilizar o trabalhopresencial. Leia Mais.

Ferramenta estimula colaboração no Judiciário

O Poder Judiciário agora conta com uma plataforma para congregar a comunidade de desenvolvedores dos diversos tribunais em todo o país. É o Repositório Nacional de Projetos e Versionamento de Arquivos (Git,ius), instituído pela Portaria nº 7/2020 do CNJ. O objetivo é viabilizar processos colaborativos de desenvolvimento de softwares e sistemas de interesse comum, estimular a conexão, o compartilhamento de informações e difusão de programas cuja eficiência possa ser replicada em outras unidades da justiça. Leia Mais. Conheça a página do Git.jus no Portal do CNJ:



Webinar sobre PJe envolve tribunais de todo o país



Uma inovação tecnológica do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) levou os tribunais de todo o país a se conectarem na sexta-feira (13) para participarem do webinar "Balanceamento de dados do PJe". Desenvolvida pela Coordenadoria de Tecnologia de Informação (TI) do TJMT, a solução aperfeiçoa a infraestrutura de suporte dos datacenters já existentes, expandindo a capacidade de processamento superando a sobrecarga de tráfego no banco de dados do processo judicial eletrônico. A iniciativa já está cadastrada no Portal de Governança do CNJ.

PJe nos Tribunais

TRT10 inicia a segunda etapa do Projeto 100% Digital

A Portaria PRE-SGJUD 1/2020, assinada pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães, dá início à 2ª etapa do Projeto 100% Digital, que visa permitir que toda tramitação processual no âmbito do Regional seja exclusivamente eletrônica. Pela portaria, devem ser convertidos para o PJe, até 19 de dezembro deste ano, 100% do acervo de processos físicos, em todas as fases processuais.



PJe **Implantação** do Criminal avança Judiciário realiza ciclo de capacitação



No dia 9 de março, o Poder Judiciário do Mato Grosso instalou o Módulo Criminal do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em mais 46 comarcas. O sistema do PJe Criminal já está em funcionamento em 19 comarcas, e a intenção do presidente do TJMT, Carlos Alberto Alves da Rocha, é expandir para todas as comarcas ainda este

Iniciativas PJe

I Programa de Imersão

Uma das iniciativas do CNJ para o desenvolvimento colaborativo do PJe é o seu programa de imersão. Durante um período determinado, equipes dos tribunais permanecem no CNJ para treinamento e desenvolvimento assistido no PJe. Durante o mês de março, participaram do programa de imersão os seguintes tribunais:

*TJGO: capacitação para administrar e gerenciar fluxos no PJe, como fase fundamental do projeto de implantação do sistema no Tribunal;

*TJAP: capacitação para implantação efetiva do PJe na Justiça do Estado do Amapá, iniciando com um piloto no Juizado da Fazenda Pública do Estado;

- Julizado da Fazenda Pública do Estado;

 *TJDFT e TJMG: força-tarefa dos respectivos tribunais para integralização de melhorias do módulo criminal desenvolvido no TJDFT à versão Nacional do PJe.

Projetos Remotos em Colaboração

- TJMT: nova interface para o PJe (uikit.pje.jus.br);
 TJRN: apoio na configuração e treinamento do PJe Cor;
 TJPE: desenho do projeto de mineração de processos;
 TRF 5: desenvolvimento do módulo de requisição para RPV e Precatórios.

Programa de Residência

Outra iniciativa para o trabalho em colaboração é o programa de residência, quando os tribunais enviam profissionais para atuar em projetos ou demandas específicas do PJe, a saber:

**TJDFT: Prospecção de ferramenta de BI analytics para acoplar no PJe; apoio no desenvolvimento da integração Sinapses x PJe e apoio nos estudos para análise de eventual utilização de blockchain para o Judiciário;

**TJES: apoio no projeto do novo editor do PJe;

**TJES, TJBA, TJPR e TJRO: força tarefa para aprimoramento do SNA;

**TJMG: apoio no projeto de Processo de Gestão de Demandas do sistema PJe e no PJeCor;

**TJRO: projeto de inteligência artificial;

**TRF1: apoio no projeto do Sinapses/Codex e na ferramenta ElasticSearch;

Deseia participar? Informe as novidades e notícias do seu tribunal que sejam relevantes para a Comunidade PJe pelo e-mail: gerenciaexecutivapje@cnj.jus.br